



PROCESSO	: 2023/09010/000006
UNIDADE GESTORA	: 09010 – Secretaria Executiva da Governadoria
EXERCÍCIO FINANCEIRO	: 2022
ASSUNTO	: Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA	: Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 30/2023/PCA/CGE SGD Nº 2023 09049 000717

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE – TO, procedemos à análise da Prestação de Contas Anual da Secretaria Executiva da Governadoria, nos termos do inciso XII, do artigo 3º, da Lei Estadual nº 2.735/2013 e do Decreto Estadual nº 6.037/2020.

1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Examinando o processo de Prestação de Contas Anual do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, da Secretaria Executiva da Governadoria, verificou-se que o mesmo está constituído com as peças de responsabilidade dessa Pasta prevista no art. 9º da Instrução Normativa TCE nº 006/2003, tendo sido protocolada na Controladoria-Geral do Estado no dia 31 de janeiro de 2023.

2. DA ANÁLISE CONTÁBIL

2.1 Do Responsável

O Departamento de Contabilidade no exercício de 2022 estava sob a responsabilidade do servidor **Wilson Pereira Barbosa** – Contador.

O contador que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/TO – 003064/O-3, conforme certidão, às fls. 25.





2.2 Das Demonstrações Contábeis de Natureza Orçamentária, Financeira e Patrimonial

As informações a seguir foram obtidas a partir dos Demonstrativos Contábeis, às fls. 53 a 118, relativos ao exercício de 2022, tendo sua confiabilidade verificada junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (Siafe-TO).

2.2.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

O orçamento para o exercício de 2022, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 3.843, de 28 de dezembro de 2021, que estimou a receita e fixou as despesas do Poder Executivo para o exercício financeiro de 2022, determinou como crédito inicial para Secretaria Executiva da Governadoria o valor de R\$ 24.929.033,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e vinte e nove mil, trinta e três reais), sendo o valor autorizado de R\$ 68.078.469,00 (sessenta e oito milhões, setenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e nove reais), considerando as movimentações orçamentárias durante o exercício de 2022, conforme demonstrado no Anexo 11- Por Fonte, às fls. 61.

2.2.1.1 Receita Realizada

a) No exercício de 2022, houve receita arrecadada no valor de R\$ 1.177,88 (um mil, cento e setenta e sete reais e oitenta e oito centavos), referente à Remuneração de Depósitos Bancários, conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 56.

b) A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica que mesmo sem previsão, houve arrecadação de R\$ 1.177,88 (um mil, cento e setenta e sete reais e oitenta e oito centavos), tendo sido informado em nota explicativa. às fls. 124, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas correntes	0,00	1.177,88	-
TOTAL	0,00	1.177,88	-

FONTE: Siafe-TO - Anexo 10 sem Fonte por UG

FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
500 – Recursos Ordinários	0,00	1.177,88	-
TOTAL	0,00	1.177,88	-

FONTE: SiafeTO - Anexo 10 por UG (Fonte)





2.2.1.2 Despesa Executada

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um bom nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual de 97,59%, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas correntes	67.449.496,00	65.862.636,87	97,64
Despesas de capital	628.973,00	577.979,00	91,89
TOTAL	68.078.469,00	66.440.615,87	97,59

FONTE: Siafe-TO - Anexo 2

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
500 – Recursos Ordinários	68.078.469,00	66.440.615,87	97,59
TOTAL	68.078.469,00	66.440.615,87	97,59

FONTE: Siafe-TO - Anexo 11 por Fonte

2.2.1.3 Despesas de Exercícios Anteriores

Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) referem-se às dívidas reconhecidas, para as quais não existe empenho inscrito em Restos a Pagar, seja pela sua anulação ou pela não emissão da nota de empenho no momento oportuno. Originam-se, assim, de compromissos gerados em exercício financeiro anterior àquele em que deva ocorrer o pagamento, para o qual o orçamento continha crédito próprio, com suficiente saldo orçamentário, mas que não tenham sido processados naquele momento.

Como se vê no Anexo 2 - Comparativo da Despesas, Orçada, Autorizada e Realizada, às fls. 53 e 54, o montante das Despesas de Exercícios Anteriores realizado até 31/12/2022 foi de R\$ 291.373,54 (duzentos e noventa e um mil, trezentos e setenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), que equivale aproximadamente a 0,44% do total das despesas realizadas no período, no valor de R\$ 66.440.615,87 (sessenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta mil, seiscentos e quinze reais e oitenta e sete centavos).

O que se pode analisar é que estas despesas por não estarem previstas ou insuficientemente dotadas no orçamento, causam a movimentação de dotações orçamentárias para sua cobertura, impactando na execução orçamentária do exercício e prejudicando em alguns casos o alcance de metas e, ainda, indicando descompasso entre o que foi previsto nos instrumentos de planejamento.





2.2.1.4 Das Alterações do Orçamento Inicial

O orçamento inicial da Secretaria Executiva da Governadoria foi de R\$ 24.929.033,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e vinte e nove mil, trinta e três reais), sendo suplementado o valor de R\$ 58.504.413,00 (cinquenta e oito milhões, quinhentos e quatro mil, quatrocentos e treze reais), e reduzido o valor de R\$ 15.354.977,00 (quinze milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta e sete reais), perfazendo um montante autorizado de R\$ 68.078.469,00 (sessenta e oito milhões, setenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e nove reais), conforme Balancete às fls. 96 a 114

A abertura de créditos suplementares e especiais ao Orçamento do Estado, estão dentro dos limites autorizados na Lei Orçamentária Anual para 2022, que é de 30% do total da despesa inicialmente fixada em cada esfera orçamentária, conforme relatório de controle realizado pela Seplan, encaminhado por meio do Ofício SEPLAN nº 48/2023/GABSEC, SGD nº 2023/13019/000852.

2.2.1.5 Do Déficit Orçamentário

O Balanço Orçamentário, às fls. 67 e 68, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta déficit de R\$ 66.439.437,99 (sessenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais e noventa e nove centavos). Considerando as Transferências Financeiras Recebidas para execução orçamentária (Cotas) e as Transferências Financeiras Concedidas para a execução orçamentária, às fls. 73 e 74, o resultado gerou um déficit efetivo de R\$ 1.036.226,53 (um milhão, trinta e seis mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e três centavos), representando 1,56% da execução da despesa total, tendo sido emitido justificativa em nota explicativa, às fls. 125, conforme tabela abaixo:

Receitas Realizadas	1.177,88
Despesas Executadas	66.440.615,87
Déficit	-66.439.437,99
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	69.051.380,74
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	3.736.181,46
Duodécimo e Cota Financeira a Receber	88.012,18
Saldo das Transferências	65.403.211,46
Déficit	-66.439.437,99
Déficit Efetivo	-1.036.226,53





2.2.2 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.

2.2.2.1 Ingressos e Dispêndios

A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 1.177,88 (um mil, cento e setenta e sete reais e oitenta e oito centavos), somada às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 69.051.380,74 (sessenta e nove milhões, cinquenta e um mil, trezentos e oitenta reais e setenta e quatro centavos), aos recebimentos extraorçamentários no valor de R\$ 7.331.117,28 (sete milhões, trezentos e trinta e um mil, cento e dezessete reais e vinte e oito centavos) e ao saldo do exercício anterior, no valor de R\$ 23.839.791,79 (vinte e três milhões, oitocentos e trinta e nove mil, setecentos e noventa e um reais e setenta e nove centavos), foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 66.440.615,87 (sessenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta mil, seiscentos e quinze reais e oitenta e sete centavos), as transferências financeiras concedidas no montante de R\$ 3.736.181,46 (três milhões, setecentos e trinta e seis mil, cento e oitenta e um reais e quarenta e seis centavos), os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 24.546.092,92 (vinte e quatro milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, noventa e dois reais e noventa e dois centavos), restando saldo de R\$ 5.500.577,44 (cinco milhões, quinhentos mil, quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos) para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 73 a 76.

2.2.3 Balanço Patrimonial

a) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

b) O Balanço Patrimonial, às fls. 78 e 79, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, de curto e longo prazo, como se observa a seguir:

I) O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante em R\$ 5.325.295,32 (cinco milhões, trezentos e vinte e cinco mil, duzentos e noventa e cinco reais e trinta e dois centavos), indicando que o órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo;





II) O Ativo Não Circulante foi de R\$ 3.414.080,97 (três milhões, quatrocentos e quatorze mil e oitenta reais e noventa e sete centavos), composto pelo imobilizado, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante;

III) O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, às fls. 82, demonstra um déficit financeiro de R\$ 9.812,18 (nove mil, oitocentos e doze reais e dezoito centavos), obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 5.500.577,44 (cinco milhões, quinhentos mil, quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), com o Passivo Financeiro no valor de R\$ 5.510.389,62 (cinco milhões, quinhentos e dez mil, trezentos e oitenta e nove reais e sessenta e dois centavos), conforme fls. 80, no entanto o órgão apresenta um valor de R\$ 88.012,18 (oitenta e oito mil, doze reais e dezoito centavos) de Duodécimo e Cota Financeira a Receber, no Balancete, às fls. 96, que conforme item 8.6 do ACÓRDÃO TCE/TO Nº 1040/2016 – 1ª Câmara, por não ser a referida Unidade Orçamentária ente arrecadador, tal valor serviria para apurar de forma real os resultados das entidades, entre eles os deficits/superávits orçamentário, financeiro e patrimonial, passando assim o órgão a ter resultado real de superávit financeiro no valor de R\$ 78.200,00 (setenta e oito mil e duzentos reais);

IV) Os bens patrimoniais imóveis e móveis, estão registrados no imobilizado, às fls. 96, no valor total de R\$ 3.414.080,97 (três milhões, quatrocentos e quatorze mil e oitenta reais e noventa e sete centavos), sendo R\$ 4.913.732,14 (quatro milhões, novecentos e treze mil, setecentos e trinta e dois reais e quatorze centavos), referente a bens móveis e R\$ 477.011,41 (quatrocentos e setenta e sete mil, onze reais e quarenta e um centavos), referente a bens imóveis, deduzida a depreciação no valor de R\$ 1.976.662,58 (um milhão, novecentos e setenta e seis mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), havendo divergência com o SIGA - Patrimônio, às fls. 187 e 188, tendo sido emitida justificativa em nota explicativa, às fls. 132 e 189 a 190;

V) A conta contábil “Estoques”, às fls. 78, apresenta saldo no valor de R\$ 170.761,64 (cento e setenta mil, setecentos e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos), que confere com a posição física do SIGA e financeira do material em estoque, às fls. 132 e 204 a 209;

VI) A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, às fls. 71 e 72, registra saldo no valor total de R\$ 5.500.577,44 (cinco milhões, quinhentos mil, quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), que confere com o Balanço Financeiro e com o Balancete;

VII) O montante de “Caixa e Equivalente de Caixa” é composto pelo Limite de Saque com Vinculação de Pagamento disponibilizado pelo Tesouro na referida UG, compreendendo a soma dos saldos apresentados nas contas bancárias e aplicações, que confere com o Balancete, às fls. 96, conforme discriminação abaixo:

a) R\$ 5.500.577,44 (cinco milhões, quinhentos mil, quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), limite de saque com vinculação de pagamento.





VIII) As contas do Passivo Circulante, às fls. 79, totalizam um saldo de 434.055,94 (quatrocentos e trinta e quatro mil, cinquenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo;

IX) Não há registro de saldo na conta “Passivo Não Circulante”, conforme evidenciado no demonstrativo, às fls. 79.

2.2.3.1 Passivo Permanente

Verifica-se que a Unidade Gestora não apresenta saldo no Passivo Permanente, do exercício atual, no quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes do Balanço Patrimonial, às fls. 80.

No exercício anterior, havia um saldo na conta de Passivo Permanente no valor de R\$ 153.843,37 (cento e cinquenta e três mil, oitocentos e quarenta e três reais e trinta e sete centavos), havendo cancelamento no exercício de 2022, do valor total.

2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 70.468.499,96 (setenta milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos) e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 65.620.291,86 (sessenta e cinco milhões, seiscentos e vinte mil, duzentos e noventa e um reais e oitenta e seis centavos), demonstrando resultado patrimonial positivo do período, no montante de R\$ 4.848.208,10 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, duzentos e oito reais e dez centavos), conforme demonstrado, às fls.83 e 84.

2.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de R\$ 5.500.577,44 (cinco milhões, quinhentos mil, quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), às fls. 91.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no valor negativo de R\$ 18.339.214,35 (dezoito milhões, trezentos e trinta e nove mil, duzentos e quatorze reais e trinta e cinco centavos), proveniente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais no valor negativo de R\$ 17.963.568,85 (dezessete milhões, novecentos e sessenta e três mil, quinhentos e sessenta e oito reais e oitenta e cinco centavos), das atividades de investimentos no valor negativo de R\$ 375.645,50 (trezentos e





setenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos), que somado ao Caixa e Equivalente de Caixa inicial no valor de R\$ 23.839.791,79 (vinte e três milhões, oitocentos e trinta e nove mil, setecentos e noventa e um reais e setenta e nove centavos), resultou em um saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final de R\$ 5.500.577,44 (cinco milhões, quinhentos mil, quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), conforme demonstrado, às fls.91.

2.2.6 Restos a Pagar

a) Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de R\$ 5.510.389,62 (cinco milhões, quinhentos e dez mil, trezentos e oitenta e nove reais e sessenta e dois centavos), deste montante, R\$ 434.055,94 (quatrocentos e trinta e quatro mil, cinquenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), refere-se a restos a pagar processados e R\$ 5.076.333,68 (cinco milhões, setenta e seis mil, trezentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos), restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro, às fls. 73 e 74, não havendo saldo suficiente em caixa para atendê-las, tendo sido emitido justificativa na Nota Explicativa, às fls. 126 a 130.

b) Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado, às fls. 69 e 70, do qual foi liquidado e pago R\$ 3.309.727,31 (três milhões, trezentos e nove mil, setecentos e vinte e sete reais e trinta e um centavos), pago R\$ 3.309.727,31 (três milhões, trezentos e nove mil, setecentos e vinte e sete reais e trinta e um centavos) e cancelado R\$ 1.255.894,61 (um milhão, duzentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e noventa e quatro reais e sessenta e um centavos), não restando saldo, sendo informado em Nota Explicativa, às fls. 126 a 130.

c) Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado, às fls. 70, foi pago R\$ 19.415.637,95 (dezenove milhões, quatrocentos e quinze mil, seiscentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos) e cancelado R\$ 70.417,40 (setenta mil, quatrocentos e dezessete reais e quarenta centavos), não restando saldo, sendo informado em Nota Explicativa, às fls. 126 a 130.

3. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

O Relatório de Gestão, às fls. 26 a 47, consoante disposições do art. 9º, inciso III da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003, demonstra que as atribuições da **Secretaria Executiva da Governadoria**, foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance das ações do Programa 1100 – Manutenção e Gestão do Poder Executivo, estabelecidos na Lei





Estadual nº 3.842/2021, que instituiu o Plano Plurianual, bem como as ações orçamentárias contidas na Lei Estadual nº 3.843/2021.

Houve acompanhamento e recomendações da execução do PPA e do orçamento, no primeiro e segundo quadrimestres do exercício em análise, pelos analistas da Controladoria-Geral do Estado, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das ações orçamentárias prevista na Lei Orçamentária Anual, conforme demonstrados a seguir:

3.1 Ações de Gestão

a) A execução das ações de gestão do Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo, envolvendo um total de 12 (doze) ações orçamentárias, sendo 07 (sete) de gestão física, e 05 (cinco) de gestão financeira, as quais representaram um orçamento autorizado de R\$ 68.078.469,00 (sessenta e oito milhões e setenta e oito mil e quatrocentos e sessenta e nove reais), demonstrando que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de 91,53% em relação ao valor empenhado, conforme quadros abaixo, e demonstrativos, às fls. 30 a 44.

Ações de Gestão Física por Programa

Ação	Meta Financeira							Metas Físicas			
	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A (%)	L/A (%)	Produto	Prevista	Realizado	Execução (%)
Programa - 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo											
2170	10.000,00	-8.310,00	1.690,00	1.690,00	1.690,00	100,00	100,00	Servidor Capacitado	10	1	10%
2218	532.000,00	1.303.598,00	1.835.598,00	1.833.376,34	675.010,01	99,88	36,77	Praça dos Girassóis mantida	1	1	100%
2220	554.000,00	16.348,00	570.348,00	513.193,68	513.193,68	89,98	89,98	Unidade mantida	1	1	100%
2298	407.352,00	166.095,00	573.447,00	573.368,20	500.589,38	99,99	87,29	Hangar mantido	1	1	100%
2317	150.000,00	500.000,00	650.000,00	603.750,00	544.117,11	92,88	83,71	Autoridade e/ou investidor atendido	1	1	100%
2219	187.837,00	478.882,00	666.719,00	647.084,96	647.084,96	97,06	97,06	Residencial oficial do governador mantida	1	1	100%
2299	20.000,00	430.029,00	450.029,00	173.365,88	173.365,88	38,52	38,52	Serviço de Ajudância de Ordem Mantido	1	1	100%
Total Ações de Gestão Física	1.861.189,00	2.886.642,00	4.747.831,00	4.345.829,06	3.055.051,02	91,53	64,34				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

b) A ação 2170 apresentou desempenho financeiro de 100%, para uma execução da meta física planejada de apenas 10%, não havendo alinhamento entre a meta física e financeira executada, conforme demonstrativos, às fls. 30.





c) Constatou-se que as ações 2218, 2220, 2298, 2317 e 2219, apresentaram bom desempenho financeiro de 99,88%, 89,98%, 99,99%, 92,88% e 97,06%, respectivamente, para execução da meta física planejada de 100%, conforme demonstrativos, às fls. 31 a 35 e 43.

d) Já a ação 2299, apresentou baixo desempenho financeiro de 38,52%, no entanto, obteve 100% de execução da meta física planejada, não havendo alinhamento das metas física e financeira executada, conforme demonstrativos, às fls. 44.

Ações de Gestão Financeira por Programa

Ação		Meta Financeira						
Código	Descrição	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A%	L/A%
Programa 1100 - Manutenção e Gestão do Poder Executivo								
2230	Manutenção de recursos humanos	17.929.033,00	7.477.930,00	25.406.963,00	24.368.800,58	24.368.800,58	95,91	95,91
2269	Manutenção de serviços de transporte	1.413.050,00	24.329.667,00	25.742.717,00	25.742.597,25	22.876.659,06	100,00	88,87
2189	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	2.139.980,00	8.786.688,00	10.926.668,00	10.732.264,67	10.160.963,20	98,22	92,99
2246	Manutenção de serviços de informática	1.330.730,00	-223.229,00	1.107.501,00	1.107.500,67	759.184,69	100,00	68,55
2165	Administração e manutenção do Palácio Araguaia	255.051,00	-108.262,00	146.789,00	143.623,64	143.623,64	97,84	97,84
Total ações gestão financeira		23.067.844,00	40.262.794,00	63.330.638,00	62.094.786,81	58.309.231,17	98,04	92,07
Total Geral Ações gestão física e financeira		24.929.033,00	43.149.436,00	68.078.469,00	66.440.615,87	61.364.282,19	97,59	90,13

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

e) Observa-se que as ações 2230, 2269, 2189, 2246 e 2165, apresentaram bom desempenho orçamentário/financeiro para o exercício de 2022, conforme demonstrativo, às fls. 36 a 42.

4. TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS POR FONTE, MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU OUTRO INSTRUMENTO CONGÊNERE.

No que concerne à Secretaria Executiva da Governadoria, não houve recebimento de recursos de convênios da União, conforme demonstrado Anexo 10, às fls. 56, assim como não houve recursos concedidos a municípios e a instituições privadas sem fins lucrativos, conforme demonstra anexo 2, às fls. 53.

5. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DOS ATOS RELATIVOS À DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO DOS CONTRATOS.

Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à Secretaria Executiva da Governadoria, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria- Geral do Estado.





Com base na Instrução Normativa nº 01/2017 que dispõe e disciplina a obrigatoriedade do envio de processos para a Controladoria, foram analisados 12 (doze) processos, sendo concernentes a adesão à ata de registro de preços, tendo sido recomendadas a adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequações, tendo ainda, a Controladoria, dedicando-se a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, realizando atendimentos presenciais e telefônicos para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitações, dentre outras.

6. CUMPRIMENTO, PELO ÓRGÃO, DAS DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS POR ESSE TRIBUNAL NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA

Ressalte-se, por oportuno, que não houve fiscalização pelos órgãos de controle externo na Secretaria Executiva da Governadoria no exercício em análise, conforme declarado, às fls. 228.

7. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

Com referência à força de trabalho foi informado pela Secretaria Executiva da Governadoria, como demonstrado, às fls. 219 a 222, um quantitativo de 361 (trezentos e sessenta e um) servidores, sendo 20 (vinte) servidores efetivos, 159 (cento e cinquenta e nove) comissionados, 10 (dez) efetivos comissionados, 36 (trinta e seis) efetivos com função comissionada, 129 (cento e vinte e nove) contratos temporários, sem nenhum caso de pensão especial, 2 (dois) servidores desligados, 1 (um) requisitado, 3 (três) requisitados comissionados e 1(um) Requisitados com função Comissionada, conforme folha de pagamento do mês de dezembro de 2022.

Quanto aos quantitativos de servidores admitidos no exercício de 2022, às fls. 223, informou-se a admissão de 136 (cento e trinta e seis), sendo 1 (um) por meio de concurso e 135 (cento e trinta e cinco) por meio de contratos temporários.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Jairo Soares Mariano, Edson Mota de Oliveira e outros** relacionados neste processo, às fls. 254 e 255,



CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias
Av. NS-2, Prédio I, S/N, Plano Diretor Norte
Palmas – Tocantins – CEP: 77.001-002
Tel: +55 63 3218-2563
gab.executivo@cge.to.gov.br
www.to.gov.br/cge

COM RESSALVAS aos itens 2.2.1.5; 2.2.3 alínea "b" IV; 2.2.6 alíneas "a", "b" e "c" e 3.1 alínea "b" deste relatório.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 17 dias do mês de fevereiro de 2023.

Assinado eletronicamente

Sandra Maria Branco de Souza

Analista/PPA

Assinado eletronicamente

Douglas Gomes Carvalho

Analista/Supervisor

Assinado eletronicamente

Tâmara Mirian Mendes Timóteo

Analista/Contador

Assinado eletronicamente

Monnike da Costa Rebouças

Gerente de Auditoria em Governança e
Gestão Administrativa

Assinado eletronicamente

Eva Moreira Martins Santos

Diretora de Auditoria e Fiscalização

Assinado eletronicamente

Kilvânia Rodrigues de Melo Miranda

Diretora de Controle da Gestão
Governamental e Prevenção a Corrupção

I – De acordo;

II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente parecer de auditoria.

Em 17/02/2023.

Assinado eletronicamente

Benedito Martiniano da Costa Neto

Superintendente

